

O verdadeiro "buraco negro"

Na Assembléia Nacional Constituinte, teme-se que o "buraco negro" se estabeleça na votação do sistema de governo e da duração do mandato presidencial. Essa expressão tomada da astronomia indica, no lufa-lufa da Assembléia Constituinte, aquele momento em que nenhuma proposta obtém a maioria regimental e então não há o que inscrever na Constituição sobre este ou aquele assunto. Evidentemente, a argúcia do Centrão e dos demais previu negociações em torno dos temas controvertidos tão logo se revelasse o *impasse* — pois é disso que se trata. O que se teme, porém, é que as conversações posteriores a nada conduzam e o beco continue sem saída...

Há motivos para temer e razões, para não ter medo. Depois que os ministros militares mandaram recado, dizendo desejar um mandato de cinco anos para o presidente Sarney e aqueles que o sucederem, a situação na Constituinte se tornou confusa. Afinal, não é possível deixar de acatar argumentos tão serenos quanto os expendidos pelo ministro Moreira Lima e depois reforçados pelo ministro Prisco Viana na Fiesp a respeito da inconveniência de eleições neste ano da graça de 1988. Da mesma maneira, são muitos os constituintes que consideram indevida a intromissão dos militares em assuntos da soberania nacional, quando não estão em risco nem a Pátria, nem a lei, nem a ordem, e, assim pensando, votarão quatro anos para Sarney a fim de não serem comparados àquela figura do folclore, que é o *boi de presépio*, que sempre balança a cabeça quando o dono do brinquedo manda que o faça.

A fala dos ministros militares tem peso ponderável. Não é o único argumento, porém, a criar condições para o "buraco negro". É só acompanhar o noticiário para ver que as posições favoráveis e as contrárias aos cinco ou aos quatro anos, ao presidencialismo ou ao parlamentarismo variam do dia para a noite. Um constituinte que era presidencialista convicto decidiu defender o parlamentarismo; outro, que via no governo de gabinete a salvação para os problemas do Brasil, decidiu votar no presidencialismo. No que toca ao mandato, verifica-se idêntica migração — como se de andori-

nhas se tratasse, indo no inverno e regressando no verão. A situação é a tal ponto fluida (como diria um analista de relações internacionais) que ninguém mais se arrisca a prognósticos. Enquanto isso, o Planalto mobiliza os fatores reais de poder e os que são contra a vontade do Palácio procuram arregimentar forças, usando o argumento democrático do peso da opinião pública.

Na verdade, ninguém se deteve para pensar sobre o real sentido das coisas: presidencialismo e parlamentarismo, quatro ou cinco anos não são decisões que se tomarão em função dos méritos desse ou daquele sistema de governo, das conveniências ou desvantagens de um mandato maior ou menor para o atual presidente da República. As decisões — favorecendo ou não a tese dos ministros militares — serão adotadas em função do fator maior da crise, que é o antagonismo que se criou entre parte ponderável da classe política e o presidente José Sarney. Por isso, o "buraco negro" não se abrirá na votação, mas depois dela.

Essa é a triste realidade desses dias conturbados em que uma decisão capital — como lançar o Brasil na aventura parlamentarista, ou fazê-lo continuar trilhando os caminhos ínvios de um sistema de governo que deu ótimos frutos, quando os homens estavam à altura dos desafios — acabou por conduzir o Brasil ao beco sem saída em que nos encontramos. Depois de a Constituinte decidir se haverá parlamentarismo, que mudará no Brasil? Começará imediatamente a estéril luta para saber quem será o primeiro-ministro, qualquer que seja a duração do mandato do presidente Sarney. Luta estéril, pois já se sabe que as escolhas recairão sobre o deputado Ulysses Guimarães, que espera encerrar sua carreira política ostentando título que lhe permitirá receber chefes de governo como a sra. Margaret Thatcher, e até mesmo o presidente dos Estados Unidos, que acumula, pelas virtudes do sistema presidencialista, a dupla função de chefe de Estado e chefe de governo. Fará, o procônsul, o seu Ministério — e seria o caso de perguntar se o antigo deputado conservador do PSD paulista falará mais alto do que o anfitrião do grupo da poire, todo ele voltado para a esquer-

da — pelo menos aquilo que em Brasília se chama tal. Mudará o Brasil? Haverá mais autoridade? Os investimentos estrangeiros fluirão no fluxo e no momento necessários? Inspirará, o sr. Ulysses Guimarães, confiança nos governos com os quais se devem discutir contenciosos? E como se dará ele com o sr. José Sarney? E com os ministros militares, comandados que foram dos famosos "três patetas"?

Votou-se o presidencialismo — e, essa vitória obtida, será difícil oferecer quatro anos ao sr. José Sarney, depois da opinião abalizada dos garantes da Pátria, da lei e da ordem. Tudo continuará como dantes no quartel de Abranches. Ou será que uma definição dessa natureza terá o condão de mudar a natureza humana, os "nervos do governo" e inspirar a CNBB a não cuidar de arregimentar os cristãos contra o sistema capitalista, e a CUT a não fazer mais greves, e o sr. Leonel Brizola a vestir a pele de cordeiro de uma vez por todas?

Na verdade, o "buraco negro" vai se abrir depois das votações cruciais porque os constituintes estão erigindo instituições à sua imagem e semelhança e para atender a figurinos já conhecidos, e não atentando para situações que é mister equacionar e resolver. Os mesmos homens que criaram a crise — que se instalou sobre fatores objetivos, diga-se a bem da verdade — serão chamados a resolvê-la sem que antes tenham tido a preocupação de pensá-la. Apesar de se saber que a questão é encontrar homens dedicados à salvaguarda das instituições, quaisquer que sejam, o espetáculo prossegue como se fosse sério. Enquanto isso, a população cresce a 2,1% ao ano, a recessão ameaça a economia, a autoridade está-se dessorando e não se vislumbra como criar de novo as condições que permitam aos brasileiros ter fé no futuro de seu país. Desgraçadamente, somos obrigados a reconhecer que, mais do que instituições políticas, o Brasil necessita hoje de homens que inspirem o povo a ter fé nas instituições democráticas. Se não voltar a existir essa base de fé — fundamento da legitimidade, como tão bem acentuou Ortega y Gasset — o "buraco negro" da astronomia será cinzento perto da crise que teremos pela frente.